

SIMULADO AMOSTRA

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ

Soldado



PROVA OBJETIVA

Língua Portuguesa

Texto I (Questões 01 a 10)

Nem mais como tema literário serve ainda esse assunto de seca. Já cansou quem escreve, cansou quem lê e cansou principalmente quem o sofre. Parece mesmo que cansou o próprio Deus Nosso Senhor, pois que afinal, repetindo um gesto sucedido há exatamente um século (o último diz a tradição que foi em 1851), contra todos os cálculos, contra todas as experiências, ultrapassando os otimismoes mais alucinados, fez começar um inverno no Nordeste durante a primeira quinzena de abril.

Eu estava lá. Assisti mais uma vez à mágica transformação do deserto em jardim do paraíso. E vendo o céu escurecer bonito, depois de tantos meses de desesperança, os compadres diziam que eu lhes levava o inverno nas malas. O fato é que, durante a viagem de ida, enquanto o "Constellation" da Panair voava por cima do colchão compacto de nuvens carregadas de água, me dava uma vontade desesperada de rebocá-las todas, lá para onde tanta falta faziam, levá-las como rebanho de golfinhos prisioneiros e despejá-las em cheio sobre os serrotes do Quixadá.

Pois choveu. Encheram-se os açudes, as várzeas deram nado, os rios subiram de barreira a barreira.

Mas ninguém espere muito de um inverno assim tardio. Já se agradece de joelhos o pasto aparentemente garantido, o gado salvo. Mas não se espera que haja milho. Talvez feijão, desse precoce que dá em dois meses. E o algodão aguenta, provavelmente. Nada mais.

Rachel de Queiroz. Choveu! – Adaptado

01. Com base nas ideias do texto I, conclui-se que a afirmação inicial de que "Nem mais como tema literário serve ainda esse assunto de seca" justifica-se pelo fato de que

- A Deus finalmente fez chover no Nordeste
- B a seca no Nordeste tornou-se assunto banal.
- C as lavouras no Nordeste finalmente prosperaram.
- D o inverno começou no Nordeste.
- E a seca no Nordeste acabou.

02. No primeiro parágrafo do texto I, o vocábulo "o" em "quem o sofre", faz referência a

- A "quem escreve".
- B "Deus Nosso Senhor"
- C "tema literário"
- D "esse assunto de seca"
- E "quem lê"

03. No terceiro período do segundo parágrafo do texto I, a forma verbal "levava" está flexionada no

- A tempo pretérito perfeito do modo indicativo, expressando que a ação de levar acontecia com frequência no passado.
- B tempo futuro do modo indicativo, expressando que a ação de levar ainda acontecerá.
- C tempo presente do modo indicativo, expressando que a ação de levar acontece naquele momento.
- D tempo futuro do modo subjuntivo, expressando que há grande probabilidade de que a ação de levar aconteça.
- E tempo pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo expressando que a ação de levar aconteceu anteriormente ao momento em que os compadres viam "o céu escurecer bonito"

04. No terceiro parágrafo do texto I, a expressão "barreira a barreira" tem o mesmo sentido de

- A dia a dia.
- B passo a passo.
- C margem a margem.
- D leito a leito.
- E foz a foz.

05. Assinale a opção em que o segmento apresentado exerce a função sintática de adjunto adverbial de tempo no texto I.

- A "precoce" (último parágrafo)
- B "um século" (primeiro parágrafo)
- C "tardio" (último parágrafo)
- D "depois de tantos meses de desesperança" (segundo parágrafo)
- E "o inverno nas malas" (segundo parágrafo)

06. Sem prejuízo da correção gramatical do texto I, poderia ser eliminada a vírgula que aparece imediatamente após

- A "garantido" (último parágrafo).
- B "desesperança" (segundo parágrafo).
- C "experiências" (primeiro parágrafo).
- D "aguenta" (último parágrafo).

E "alucinados" (primeiro parágrafo).

07. Assinale a opção que apresenta uma proposta de reescrita que preserva a correção gramatical e o sentido do seguinte trecho primeiro parágrafo do texto I: "(o último diz a tradição que foi em 1851)".

- A (a tradição diz que, foi em 1851, o último gesto)
- B (segundo a tradição, o último gesto foi em 1851)
- C (o último gesto diz que a tradição foi em 1851)
- D (em 1851, foi quando a tradição disse o último gesto)
- E (o último século, a tradição diz, foi em 1851)

08. No segundo período do segundo parágrafo do texto I, a palavra "mágica" está empregada como um

- A adjetivo.
- B advérbio de modo.
- C pronome.
- D substantivo.
- E verbo.

09. Entende-se do penúltimo parágrafo do texto I que o segundo período expressa, em relação ao primeiro, uma ideia de

- A consequência.
- B finalidade.
- C causa.
- D conclusão.
- E explicação.

10. Sem alteração da coerência das ideias do texto I, a expressão de tempo e de modo verbal da oração "haja milho" (terceiro período do último parágrafo) seria preservada caso a forma verbal "haja" fosse substituída por

- A surge.
- B ocorrerá.
- C terá.
- D existira.
- E apareça.

Informática

11. Com relação a conceitos de segurança e proteção de informações, assinale a opção incorreta.

A Instalar e manter atualizado antivírus são procedimentos fundamentais para garantir a proteção dos dados do computador.

B Keylogger é um tipo de chave protetora que garante a segurança do computador, evitando a infecção por vírus quando o computador está conectado na Internet.

C A segurança da informação não está restrita somente a sistemas computacionais, dados eletrônicos ou sistemas de armazenamento.

D As características básicas de um sistema de segurança da informação são confidencialidade, integridade e disponibilidade.

E Firewall é um aplicativo que intercepta as conexões de entrada e de saída de um computador e decide quais dessas conexões podem ser aceitas e quais devem ser recusadas, baseando-se em regras padrão ou definidas pelo usuário.

12. Caso se queira fazer uma busca na Internet, um usuário deverá digitar na barra de endereços de um navegador Web

- A o endereço de um provedor de Internet.
- B os dados de usuário e senha do computador.
- C o endereço do site de uma ferramenta de busca.
- D o endereço de email do usuário.
- E o endereço de IP de uma rede sem fio.

13. No sistema operacional Windows em sua versão 10, o comando shutdown tem a função de

- A exibir as configurações da diretiva de grupo e do conjunto de diretivas resultante.
- B instalar um conjunto limitado de componentes opcionais.
- C conectar ou desconectar uma conexão virtual de rede privada.
- D permitir desligar ou reiniciar computadores locais ou remotos um de cada vez.
- E exibir uma lista de arquivos e subpastas de uma pasta.

14. No programa MS Outlook, para o envio de uma mensagem de e-mail com cópia para um determinado endereço, mantendo-o visível a todos os demais destinatários, é utilizado o campo

- A BCc.
- B Anexar.
- C Cc.
- D Para.
- E Assunto.

15. Ao se imprimir um texto no LibreOffice Write usando-se a opção Seleção, o software irá

- A imprimir um dado intervalo de páginas do documento.
- B imprimir apenas a última página alterada do documento.
- C imprime todas as páginas do documento.
- D imprimir as páginas informadas pelo usuário.
- E imprimir uma parte do documento que estiver selecionada pelo cursor.

Raciocínio Lógico

16. A população de Joinville estimada pelo IBGE em 2021 é de aproximadamente 600.000 habitantes. 40% dessa população, estimada pelo IBGE, está ocupada e 20% da população ocupada recebe menos de meio salário mínimo. Considerando-se as informações apresentadas, é correto afirmar que o total de habitantes que estão ocupados e recebem mais de meio salário mínimo é de

- A 48.000.
- B 120.000.
- C 192.000.
- D 480.000.
- E 240.000.

17. Os frangos de determinado pecuarista são classificados em três categorias: A, B e C. Sabe-se que:

- I. todo frango do tipo A é também do tipo B;
- II. existem frangos do tipo C que também são do tipo A.

Considerando-se essas informações, é correto concluir que

- A todo frango do tipo B é também do tipo A.
- B todo frango do tipo B é também do tipo C.
- C todo frango do tipo C é também do tipo A.
- D algum frango do tipo B é também do tipo C.
- E algum frango do tipo C não é do tipo B.

18. Considere a seguinte proposição:

P: Como subestimou a inteligência dos adversários e não gostou do que viu, o candidato extravasou aflição e externou seu incômodo.

Considerando-se que a proposição "o candidato subestimou a inteligência dos adversários e não gostou do que viu" seja verdadeira, assinale a opção que corresponde à proposição que também é verdadeira.

- A Se o candidato gostou do que viu, então não subestimou a inteligência dos adversários.
- B Se o candidato subestimou a inteligência dos adversários, então gostou do que viu.
- C Se o candidato não gostou do que viu, então não subestimou a inteligência dos adversários.
- D Ou o candidato subestimou a inteligência dos adversários, ou não gostou do que viu.
- E O candidato subestimou a inteligência dos adversários se, e somente se, gostou do que viu.

19. Sendo P e Q duas proposições lógicas, é correto afirmar que a proposição composta $[(P \rightarrow Q) \wedge P] \rightarrow Q$ é uma

- A analogia.
- B contradição.
- C tautologia
- D falácia.
- E contingência.

20. Assinale a opção que apresenta uma proposição que seja logicamente equivalente à seguinte proposição: "Se uma pessoa gosta de nadar e está de férias, ela vai ao clube".

- A "Se uma pessoa não vai ao clube, ela não gosta de nadar ou não está de férias".
- B "Se uma pessoa não gosta de nadar e não está de férias, ela não vai ao clube".
- C "Se uma pessoa não gosta de nadar ou não está de férias, ela não vai ao clube".
- D "Se uma pessoa gosta de nadar, ela está de férias e vai ao clube".
- E "Se uma pessoa vai ao clube, ela gosta de nadar e está de férias".

Noções de Direito Constitucional

21. A CF exige que determinados cargos eletivos sejam ocupados por brasileiro nato. Nesse contexto, um brasileiro naturalizado ou português equiparado poderá

- A candidatar-se a presidente ou vice-presidente da República, desde que um desses cargos seja ocupado por brasileiro nato.
- B candidatar-se a vice-presidente da República, desde que o candidato a presidente seja brasileiro nato.
- C candidatar-se a vice-governador, desde que o candidato a governador seja brasileiro nato.
- D concorrer a cargo de deputado federal ou senador, desde que não ocupe cargo de presidência nas

comissões permanentes da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

E concorrer a cargo de deputado federal ou senador, desde que não ocupe cargo de presidente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

22. No que diz respeito aos direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a opção correta.

A É assegurado o direito à indenização por dano moral no caso de violação da intimidade.

B É vedada a prestação de assistência religiosa nas entidades militares de internação coletiva.

C É livre a manifestação do pensamento, contudo, em passeatas o anonimato é permitido.

D Toleram-se a tortura realizada por policial a fim de se evitar perecimento de direitos alheios.

E Ninguém será privado de direitos por motivo de convicção filosófica, mesmo invocando-a para eximir-se de obrigação legal a todos imposta.

23. Considerando que Fernando seja trabalhador urbano, e Heleno, trabalhador rural, assinale a opção correta de acordo com a CF.

A Ambos têm direito a licença-paternidade, nos termos fixados em lei.

B Ambos têm direito a remuneração do serviço extraordinário superior em 20% à do normal.

C Fernando tem direito a seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário, mas Heleno não tem tal direito.

D Heleno, ao contrário de Fernando, não tem direito a perceber remuneração do trabalho noturno superior à do trabalho diurno.

E Os filhos de Fernando, mas não os de Heleno, têm direito, desde o seu nascimento até aos seis anos de idade, à assistência gratuita em creches e pré-escolas.

24. Considerando as disposições da CF, assinale a opção correta, no que se refere à acumulação de cargos públicos.

A A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos na administração direta não admite exceções.

B A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos não se estende a empregos públicos.

C A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos abrange o exercício de cargo público privativo de médico concomitante com o exercício de medicina em clínica particular.

D A acumulação remunerada de dois cargos públicos de professor é permitida, desde que haja compatibilidade de horários.

E Não se estende a sociedades controladas indiretamente pelo poder público a proibição de acumulação remunerada de cargos públicos.

25. A República Federativa do Brasil (RFB) constitui-se em estado democrático de direito e sua Constituição Federal proclama, expressamente, que todo o poder emana do povo. Segundo o texto constitucional, esse poder

A é exercido exclusivamente de forma indireta, por meio de representantes eleitos.

B é exercido diretamente por meio do voto, por meio do qual o povo escolhe seus representantes no Congresso Nacional.

C deve buscar a integração econômica, política, social e cultural das diversas regiões do país, visando à diminuição das desigualdades sociais.

D é exercido de forma indireta, por meio de representantes eleitos, podendo também ser exercido diretamente.

E é independente e harmônico, constituindo o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Noções de Direito Administrativo

26. O princípio adotado no processo administrativo com a finalidade de vedar a aplicação retroativa de nova interpretação de lei no âmbito da administração pública denomina-se princípio da

A eficiência.

B segurança jurídica.

C moralidade.

D publicidade.

E impessoalidade.

27. A pessoa jurídica de direito público, com capacidade exclusivamente administrativa, criada por lei e desprovida de caráter econômico, denomina-se

A empresa pública.

B sociedade de economia mista.

C fundação.

D autarquia.

E organização social.

28. Acerca dos poderes da administração pública, assinale a opção correta.

A O poder regulamentar é a prerrogativa conferida à administração pública para editar atos gerais para complementar leis e permitir a sua efetiva aplicação.

B O poder hierárquico está ligado à organização administrativa, de modo que é possível encontrar relações hierárquicas entre diferentes pessoas jurídicas e entre Poderes da República.

C O poder disciplinar é o instrumento destinado à apuração e à penalização apenas das faltas cometidas por servidores públicos.

D O poder de polícia é o dever do Estado de restringir direitos individuais em prol do coletivo.

E Em sentido amplo, o poder de polícia representa qualquer ação restritiva do Estado em relação aos direitos individuais, o que corresponde à denominação de polícia administrativa.

29. O entendimento de que atos administrativos gozam de presunção de legitimidade significa que estes

A atestam fatos verdadeiros, não admitindo prova em contrário.

B são emitidos em conformidade com a lei, até prova em contrário.

C se impõem aos administrados, independentemente de sua concordância.

D se sujeitam ao controle discricionário do Poder Judiciário.

E são executados pela própria administração, sem intervenção do Poder Judiciário.

30. A respeito da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

A A responsabilidade civil objetiva das concessionárias e permissionárias de serviços públicos abrange somente as relações jurídicas entre elas e os usuários dos serviços públicos.

B A responsabilidade civil objetiva aplica-se a todas as pessoas jurídicas de direito público.

C O princípio da pessoalidade é o que orienta a responsabilidade civil do Estado.

D As pessoas jurídicas de direito público não se responsabilizam pelos danos causados por seus agentes.

E A responsabilidade da administração pública será sempre objetiva.

Noções de Direito Penal

31. Em relação ao lugar do crime, o Código Penal brasileiro adotou a teoria

A do resultado.

B da consumação.

C da atividade.

D da ubiquidade.

E da ação.

32. Os elementos do fato típico incluem

A conduta, resultado, nexa causal e tipicidade.

B dolo, nexa de causalidade, resultado e antijuridicidade.

C culpa, resultado, tipicidade e culpabilidade.

D culpa, dolo, nexa causal e imputabilidade.

E dolo, nexa causal, tipicidade e potencial consciência da ilicitude.

33. É admitida a tentativa

A nos crimes culposos.

B nos crimes omissivos próprios.

C nas contravenções.

D nos crimes plurissubsistentes.

E nos crimes habituais.

34. A respeito da imputabilidade penal, julgue os itens a seguir.

I. Os maiores de dezesseis anos de idade que ainda não tiverem alcançado a maioridade são considerados relativamente incapazes no que tange à responsabilidade criminal.

II. Emoção ou paixão não são causas de exclusão a imputabilidade penal.

III. A embriaguez culposa anterior à prática de crime é causa de diminuição de pena, mas não torna o agente inimputável.

IV. O deficiente mental inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato é inimputável.

Estão certos apenas os itens

A I e II.

B I e III.

C II e IV.

D I, III e IV.

E II, III e IV.

35. De acordo com o Código Penal brasileiro, a conduta de solicitar dinheiro a pretexto de influir em ato praticado por perito judicial caracteriza o crime de

A exploração de prestígio.

B corrupção passiva.

C corrupção ativa.

D tráfico de influência.

E advocacia administrativa.

Noções de Direito Processual Penal

36. Lei processual penal

- A não admite interpretação sistemática.
- B não admite aplicação analógica.
- C não admite o suplemento dos princípios gerais de direito.
- D não deve ser interpretada sempre restritivamente.
- E não admite interpretação extensiva.

37. Acerca do inquérito policial, assinale a opção correta.

- A As diligências requeridas pelo ofendido no curso do inquérito policial deverão ser realizadas pela autoridade policial.
- B Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, não acompanharão os autos do inquérito.
- C Nos crimes de ação privada, a lei permite que autoridade policial instaure inquérito policial ainda que não haja o requerimento ofendido.
- D Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito não é cabível recurso.
- E Nos crimes em que a ação pública depender de representação o inquérito não poderá sem ela ser iniciado.

38. Caso o réu esteja preso preventivamente, considerando o disposto no Código de Processo Penal, o inquérito policial, em regra, deve ser concluído no prazo de

- A trinta dias, iniciando-se a contagem a partir da data da instauração do inquérito pela autoridade policial.
- B dez dias, iniciando-se a contagem a partir do dia em que se executou a ordem de prisão.
- C dez dias, iniciando-se a contagem a partir da data de instauração do inquérito pela autoridade policial.
- D quinze dias, iniciando-se a contagem a partir do dia em que se executou a ordem de prisão.
- E quinze dias, iniciando-se a contagem a partir da data da instauração do inquérito pela autoridade policial.

39. Em relação às provas, acerca da prova testemunhal, assinale a opção correta.

- A O juiz não poderá, em qualquer hipótese, ouvir outras testemunhas além daquelas já indicadas pelas partes.
- B As pessoas que estejam impossibilitadas, por enfermidade ou por velhice, de comparecer para depor serão inquiridas onde estiverem.

C Na redação do depoimento, o juiz não é obrigado a cingir-se exatamente às expressões usadas pelas testemunhas, sendo desnecessária a reprodução fiel das suas frases.

D O depoimento deverá ser prestado oralmente, vedando-se à testemunha qualquer tipo de consulta a apontamentos.

E Se ocorrer dúvida acerca da identidade da testemunha, o juiz deverá suspender a oitiva e intimar outra testemunha.

40. A respeito de prisão em flagrante, assinale a opção correta.

A Não pode ser preso em flagrante aquele que é perseguido logo após cometer a infração, mesmo que se presuma ser ele o autor da infração.

B A ausência de testemunhas da infração impede a lavratura do auto de prisão em flagrante.

C O cidadão que presenciar pessoa cometendo uma infração penal tem a obrigação de prendê-la em flagrante.

D O auto de prisão em flagrante deve ser encaminhado ao juiz competente em até vinte e quatro horas após a realização da prisão.

E A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontra devem ser comunicados à família do preso em até 24 horas após a realização da prisão.

Noções de Direito Penal Militar

41. Sobre os crimes militares em tempo de paz, assinale a alternativa correta.

A O militar só pode praticar crimes militares no interior de quartéis ou em serviço.

B O civil só pode praticar crimes militares no interior de quartéis.

C O militar não pode praticar crimes militares contra civis.

D O civil pode praticar crimes militares em lugar sob administração militar.

E O militar da reserva, ou reformado, ou civil não pode praticar crimes militares contra as instituições militares.

42. São consideradas penas acessórias todas aquelas que são complementos da condenação principal. Seus efeitos são extrapenais, atingindo o âmbito administrativo, civil e político. Dentre as penas acessórias possíveis, são existentes, EXCETO

A a extradição territorial.

B a exclusão das Forças Armadas.

- C a suspensão dos direitos políticos.
- D a suspensão do pátrio poder, tutela ou curatela.
- E a incompatibilidade com o oficialato.

43. Nos termos do Código Penal Militar, podem ser classificadas como medidas de segurança pessoais não detentivas:

- A a interdição de estabelecimento ou sede de sociedade ou associação e o confisco.
- B a internação em manicômio judiciário e a proibição de frequentar determinados lugares.
- C o confisco e a cassação de licença para direção de veículos motorizados.
- D a interdição de estabelecimento ou sede de sociedade ou associação e o exílio local.
- E a cassação de licença para direção de veículos motorizados e a proibição de frequentar determinados lugares.

44. São crimes propriamente militares, previstos no Código Penal Militar.

- A Motim, violência contra superior, desacato, recusa de obediência.
- B Motim, desacato a superior, deserção, abandono de posto.
- C Motim, desacato a superior, desacato, desobediência.
- D Motim, deserção, desacato, embriaguez em serviço.
- E Motim, desacato, embriaguez em serviço, abandono de posto.

Noções de Direito Processual Penal Militar

45. No que concerne à ação penal militar, é correto afirmar que:

- A há previsão, no Código de Processo Penal Militar, de ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça ou do Ministro da Defesa.
- B para o Código de Processo Penal Militar, a ação penal militar será sempre pública e incondicionada.
- C há previsão, no Código de Processo Penal Militar, de ação penal pública condicionada à representação do ofendido.
- D o Código de Processo Penal Militar proíbe a possibilidade de ação penal pública condicionada.
- E o Código de Processo Penal Militar proíbe a possibilidade de ação penal privada subsidiária da pública.

46. A respeito da prisão em flagrante e sua previsão no Código de Processo Penal Militar, analise as proposições a seguir:

- I. O civil não poderá prender quem for encontrado em flagrante delito.
- II. Nas infrações permanentes, considera-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.
- III. Lavrado o auto de flagrante delito, o preso será recolhido em prisão apropriada; em seguida, poderá requerer à autoridade judiciária competente o conhecimento do processo no qual é réu.
- IV. Na falta ou impedimento de escrivão, para lavrar o auto, a autoridade designará qualquer pessoa idônea, que prestará o compromisso legal para essa finalidade.

Estão CORRETAS

- A I e III, apenas.
- B II e IV, apenas.
- C III e IV, apenas.
- D I, II e IV, apenas.
- E I, II, III e IV.

47. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, no que concerne à condição de insumisso prevista no Processo de Insubmissão, é correto afirmar que

- A nenhum insumisso terá direito ao quartel por menagem.
- B o insumisso que for capturado não terá direito ao quartel por menagem.
- C o insumisso incapaz ficará isento do processo e da inclusão.
- D somente o insumisso que se apresentar espontaneamente terá direito ao quartel por menagem.
- E o insumisso, mesmo se for considerado incapaz, não ficará isento de pena.

48. Sobre inquérito policial militar, assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Penal Militar.

- A É iniciado mediante boletim de ocorrência.
- B Serve para reunir as provas necessárias para a condenação do agente suspeito.
- C É sigiloso, sendo vedado que dele tome conhecimento o advogado do indiciado.
- D O seu encerramento dispensa minucioso relatório.
- E Pode ser dispensado quando o fato e sua autoria já estiverem esclarecidos por documentos ou outras provas materiais.

Legislação Penal Extravagante

49. No que diz respeito aos crimes hediondos e aos crimes a eles equiparados, assinale a opção correta.

A Com o Pacote Anticrime, o crime de tráfico de drogas deixou de ser equiparado aos delitos hediondos.

B O requisito objetivo para a progressão de regime do condenado por tráfico de drogas é o cumprimento de 40% da pena, caso ele seja primário ou não reincidente específico em crimes hediondos ou equiparados sem resultado morte.

C O Pacote Anticrime conceituou o que se entende por crime hediondo ou a ele equiparado.

D O delito de tráfico, na sua forma privilegiada, é equiparado a crime hediondo.

E O Pacote Anticrime alterou a Lei n.º 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos), incluindo em seu rol, retroativamente, o roubo circunstanciado pelo emprego de arma branca.

50. O crime de associação para o tráfico de drogas, previsto no artigo 35 da Lei n.º 11.343/2006,

A é de natureza assimilada à dos delitos hediondos.

B precisa, para sua configuração, de apreensão de drogas na posse direta do agente.

C não exige a demonstração do caráter duradouro e estável.

D é aplicável também para quem se associa para a prática reiterada de financiamento do crime de tráfico de drogas.

E exige a presença de três ou mais pessoas para sua configuração.

51. A decretação de medida de privação da liberdade em manifesta desconformidade com as hipóteses legais caracteriza crime de abuso de autoridade, podendo ser sujeito ativo desse tipo penal

A o particular, independentemente de atuação conjunta com um agente público.

B somente membros do Poder Judiciário.

C qualquer agente público.

D somente a autoridade policial, quando da lavratura de prisão em flagrante.

E somente membros do Ministério Público.

52. Na situação em que o agente pratica discriminação racial em meio de comunicação social, tem-se um exemplo de

A causa de aumento de pena.

B qualificadora.

C causa de diminuição de pena.

D agravante.

E circunstância sem previsão legal, razão porque deverá ser avaliada na pena-base.

Legislação Institucional

53. É um conceito incorreto conforme o que dispõe a Lei Estadual nº 6.626/2004 (Ingresso na PMPA):

A OFICIAL: policial militar que ocupa posto situado na escala hierárquica de 1º Tenente até Coronel;

B INSCRIÇÃO: ato pelo qual o candidato é relacionado para se submeter a concurso público;

C PRAÇA ESPECIAL: denominação atribuída aos Aspirantes-a-Oficial e aos alunos dos Cursos de Formação de Policial Militar;

D CANDIDATO: homem ou mulher brasileiro(a) que se apresente voluntariamente para ingressar na PMPA;

E PRAÇA: policial militar que ocupa graduação situada na escala hierárquica de Soldado até Subtenente.

54. São princípios basilares a serem observados pela PMPA, exceto:

A a hierarquia

B a disciplina

C a moralidade

D a ética

E a improbidade

55. Não faz parte do Círculo Hierárquico das Praças:

A Subtenente

B Major

C Cabo

D 3º Sargento

E Soldado

56. São manifestações essenciais do valor Policial-Militar, salvo:

A a fé na missão elevada da Polícia Militar;

B o sentimento de servir à comunidade estadual;

C o civismo e o culto das tradições religiosas;

D o amor à profissão Policial-Militar e o entusiasmo com que é exercida;

E o aprimoramento técnico-profissional

Noções de Direitos Humanos

57. Assinale a opção correta no que diz respeito à afirmação histórica dos direitos humanos.

- A O exposto reconhecimento do princípio da universalidade dos direitos humanos pela Declaração de Viena de 1993 pôs termo ao debate sobre o multiculturalismo e o relativismo cultural.
- B O Bill of Rights, de 1689, foi a primeira carta de direitos de que se tem notícia na história.
- C A Constituição Mexicana de 1917 e a Constituição de Weimar de 1919 são marcos da afirmação dos direitos humanos de segunda geração.
- D Após a Segunda Guerra Mundial, para que os direitos dos trabalhadores enumerados na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 fossem garantidos no plano internacional, criou-se a Organização Internacional do Trabalho.
- E Não há referência, na Declaração de Viena de 1993, ao princípio da indivisibilidade dos direitos humanos.

58. Considerando a teoria geral dos direitos humanos, assinale a opção correta.

- A Consoante a teoria da margem de apreciação, nenhuma norma de direitos humanos pode ser invocada para limitar o exercício de qualquer direito.
- B A característica da indivisibilidade dos direitos humanos decorre da constatação de que a condição de pessoa é o único requisito para a sua titularidade de direitos e das necessidades humanas universais.
- C A superioridade das normas de direitos humanos caracteriza-se pela aferição de idoneidade, necessidade e equilíbrio da intervenção do Estado em determinado direito fundamental.
- D O princípio da proibição do retrocesso social é uma cláusula de defesa do cidadão em face de possíveis arbítrios impostos pelo legislador no sentido de desconstituir as normas de direitos fundamentais.
- E Com a inclusão dos direitos sociais no rol dos direitos do homem, antes composto apenas de direitos de liberdade, os direitos do homem passaram a constituir uma categoria homogênea.

59. A Emenda Constitucional no 45/2004 trouxe importante alteração da Constituição Federal de 1988 sobre o tema dos direitos humanos. A partir dessa emenda, a Constituição passou a prever que serão equivalentes às emendas constitucionais, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional

- A em dois turnos, por um terço dos votos dos respectivos membros.
- B em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- C em um turno, por um terço dos votos dos respectivos membros.
- D em um turno, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- E pela maioria simples membros de cada casa legislativa presentes à sessão de votação.

60. Sobre o tema direitos humanos e responsabilidade do Estado, é correto afirmar:

- A é vedada a revista íntima, podendo o Estado ser condenado por constrangimento ilegal.
- B a responsabilidade civil do Estado por erro judiciário, se existente, é subjetiva.
- C o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.
- D o agente penitenciário não pode ser civilmente responsável, em ação estatal de regresso, pelos danos causados ao preso por dolo ou culpa.
- E o Estado não pode ser condenado por danos morais em razão de deficiências estruturais do sistema penitenciário.

Gabarito Rascunho

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

Gabarito

Simulado Amostra – Polícia Militar do Pará

NÍVEL MÉDIO

Soldado																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	E	C	D	D	B	A	A	E	B	C	D	C	E	C	D	A	C	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
E	A	A	D	D	B	D	A	B	B	D	A	D	C	A	D	E	B	B	D
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
D	A	E	B	A	B	C	E	B	D	C	B	A	E	B	C	C	D	B	C